

**PROJETO DE LEI Nº                   , DE 2012**  
(Do Sr. Laércio Oliveira)

*Altera a Lei 6.019, de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas, e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Com a publicação da presente lei, as regras atinentes ao trabalho temporário nas empresas urbanas serão estendidas ao meio rural, tornando-se aplicáveis ao trabalhador temporário rural.

**Art. 2º** Os artigos 4º, 10º e 12º da Lei 6.019, de janeiro de 1974, passam a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 4º - Compreende-se como empresa de trabalho temporário a pessoa física ou jurídica, urbana ou rural, cuja atividade consiste em colocar à disposição de outras empresas ou de empregador rural, temporariamente, trabalhadores devidamente capacitados e identificados por elas remunerados e assistidos.*

*(...)*

*Art. 10º - O contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora ou cliente, com relação a um mesmo empregado, não poderá exceder a três meses, salvo autorização conferida pelo órgão local do Ministério do Trabalho e Previdência Social, segundo instruções a serem baixadas pelo Departamento Nacional de Mão de Obra.*

*Parágrafo Único: O prazo previsto neste artigo poderá ser ampliado, mediante acordo ou convenção coletiva da categoria, desde que não exceda a 6 (seis) meses no total do contrato de trabalho.*

(...)

*Art. 12º - Ficam assegurados ao trabalhador temporário os seguintes direitos:*

*a) remuneração equivalente à percebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora ou cliente, calculada à base horária, garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário mínimo regional;*

*b) jornada de oito horas, remuneradas as horas extraordinárias não excedentes a duas, com acréscimo de 20% (vinte por cento);*

*c) férias proporcionais, nos termos do artigo 25º da Lei nº 5107, de 13 de setembro de 1966;*

*d) repouso semanal remunerado;*

*e) adicional por trabalho noturno, respeitadas as diferenças destes entre os trabalhadores rurais e urbanos;*

*f) indenização por dispensa sem justa causa ou término normal do contrato, correspondente a 1/12 (um doze avos) do pagamento recebido;*

*g) seguro contra acidente do trabalho;*

*h) proteção previdenciária nos termos do disposto na Lei Orgânica da Previdência Social, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973 (art. 5º, item III, letra "c" do Decreto nº 72.771, de 6 de setembro de 1973).*

*§ 1º - Registrar-se-á na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador sua condição de temporário.*

*§ 2º - A empresa tomadora ou cliente é obrigada a comunicar à empresa de trabalho temporário a ocorrência de todo acidente cuja vítima seja um assalariado posto à sua disposição, considerando-se local de trabalho, para efeito da legislação específica, tanto aquele onde se efetua a prestação do trabalho, quanto a sede da empresa de trabalho temporário.”  
(NR).*

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

## **JUSTIFICATIVA**

Tendo em vista a impossibilidade de desarquivamento pelo autor e acompanhando a sua nobre iniciativa, reapresentamos o Projeto de Lei, do Sr. Luiz Paulo Velloso Lucas, que pretende aplicar a Lei do Trabalho Temporário aos trabalhadores rurais.

Nesses termos, peço apoio dos meus nobres pares para promovermos a total aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em 14 de março de 2012.

**LAÉRCIO OLIVEIRA**  
Deputado Federal – PR/SE